

TEMER NO PODER

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER PRIMEIRA A SAIR

Governo quer idade mínima de 65 anos para a aposentadoria

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Num cenário fragilizado pelas crises política e econômica, o presidente em exercício Michel Temer deixa claro que está disposto a enfrentar o campo minado da Previdência Social para trazer dinamismo ao país e organizar as contas públicas em estado de convulsão. Na mira do novo governo estão as aposentadorias precoces e o valor dos benefícios. O nome por trás dessas medidas impopulares, mas importantes para conter o endividamento público, é o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o homem forte do novo governo.

Para reduzir o déficit em crescimento exponencial - foi de R\$ 85,8 bi no ano passado e deve chegar a R\$ 121 bi em 2016 -, a saída será aprovar de imediato a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres que ainda vão entrar no mercado de trabalho. Outra frente de atuação será estabelecer a desindexação dos vencimentos dos atuais aposentados e pensionistas ao salário mínimo.

Meirelles disse ontem que “mais importante do que saber o valor dos benefícios é ter certeza de que eles vão existir. A Previdência tem de ser autossustentável ao longo do tempo”. Apesar de as propostas não estarem fechadas, o caminho é claro. “Está claro, é idade mínima com uma regra de transição eficaz. Não tão longa que não faça efeito, e nem tão curta que seja inexecutável”.

O presidente interino, Michel Temer, no discurso de posse, já havia dado sinais de que lutará por reformas amplas, porém, garantiu não mexer em direitos adquiridos. O novo mandatário deve aproveitar o capital político, em alta nesse início de governo, para determinar esses cortes duros, chamados por ele, há um mês, de “sacrifícios para um bem maior”.

O governo deve usar o

projeto já em construção pelos técnicos do Ministério da Fazenda para apresentar em breve ao Congresso o novo modelo de Previdência. Pela ótica da equipe econômica, os jovens, que ainda não atuam de carteira assinada, ao conseguir o primeiro emprego, serão incluídos no novo modelo de regime geral, que acaba ainda com aposentadorias especiais e elimina o tempo de contribuição menor para mulheres e categorias especiais, co-

mo professores. A idade mínima também deve atingir servidores públicos, mesmo estes pertencendo a outro grupo previdenciário.

O projeto preserva, mesmo que de forma temporária, o sistema em vigor para os trabalhadores que já estão no mercado. Mas a ideia é criar uma norma de transição para enquadrar todos num mecanismo previdenciário mais enxuto. Hoje, o trabalhador pode se aposentar por tempo de contribuição ou por idade, com a aplicação do fator previ-

denciário, ou pela fórmula 85/95 (soma da idade com o tempo de recolhimento).

DESONERAÇÕES

A variedade de tipos de aposentadoria permite que pessoas se aposentem pelo INSS com, em média, 50 anos, o que traz desajuste para as contas da União, que gasta, aproximadamente, 12% do PIB com pagamentos de benefícios previdenciários.

Além dos benefícios,

Meirelles pretende atacar outro fator decisivo para o déficit da Previdência: as desonerações oferecidas a determinados setores da economia. Um dos alvos é o agronegócio, segmento que pouco contribui para as contas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

“Vimos muitos países onde faltam recursos para pagar obrigações da Previdência. A Previdência tem de ser autossustentável. Precisamos ter condi-

ções”, declarou ele ao afirmar que o governo deve rever os subsídios dados às empresas. “Aquilo que estiver em andamento, se for compromisso do governo, será respeitado”.

O ministro do Planejamento, Romero Jucá, também em coletiva, ontem, disse que seja qual for o modelo de reforma adotado, o importante é que já foi tomada a decisão técnica de “efetivamente construir algo sustentável”. “Nós queremos que o aposentado de hoje e daqui a dez anos possa receber na integralidade o que tem que receber”, disse Jucá, que foi ministro da Previdência no governo Lula, mas saiu por suspeitas de corrupção. “Não queremos que o Brasil passe daqui a dez anos o que a Grécia e a Itália passaram”, afirmou.



“O novo governo deve ter como prioridade instalar a idade mínima e rever os gastos com pensões para trazer equilíbrio às contas públicas”

RÚBIA DALVI,
20 ANOS
ESTUDANTE DE
ECONOMIA



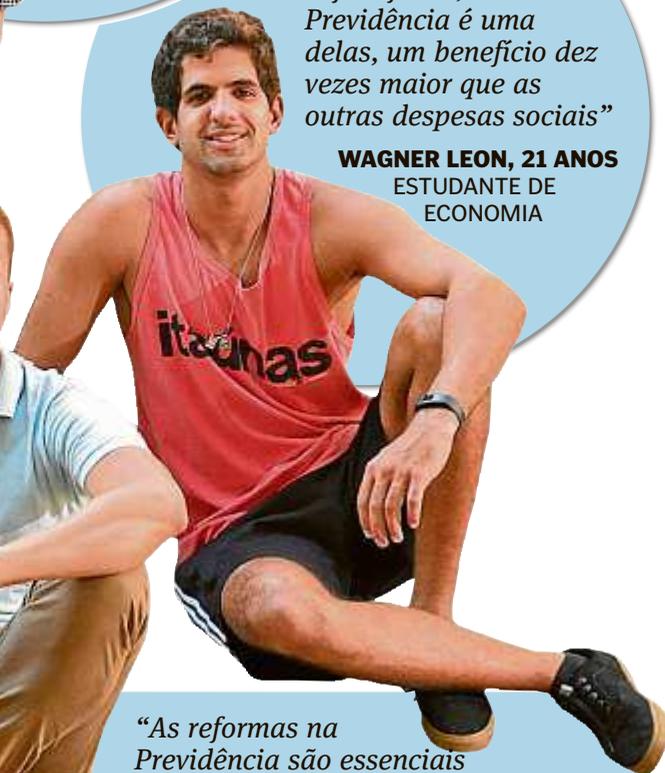
“Há um descompasso entre a arrecadação da Previdência e os gastos com o benefício. A reforma é tratamento de choque, dolorida, mas essencial para garantir o futuro”

DANIEL GALVEAS,
23 ANOS ALUNO
DA FUCEPE



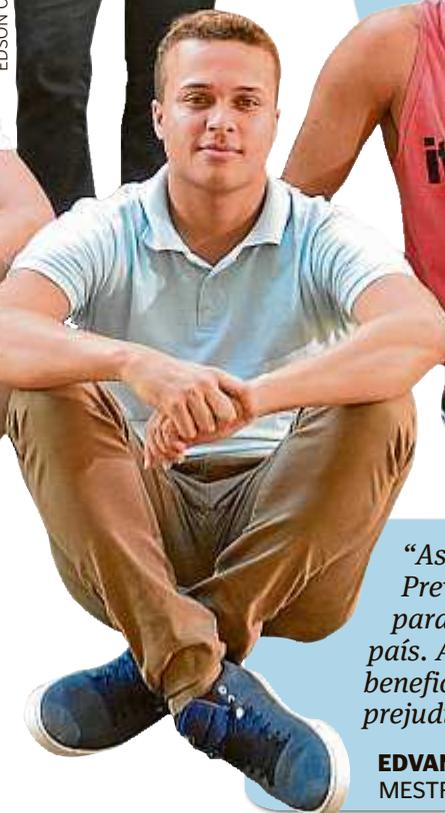
“Só há uma forma de financiar a atual Previdência: é com a emissão de moeda, algo que causaria a hiperinflação. Acredito que as reformas devam apenas garantir a recuperação do poder de compra do aposentado”

ALYSSON FRANCISCO, 24 ANOS MESTRANDO
EM CONTABILIDADE



“Há pouca saída para reverter o déficit fiscal, e a Previdência é uma delas, um benefício dez vezes maior que as outras despesas sociais”

WAGNER LEON, 21 ANOS
ESTUDANTE DE
ECONOMIA



“As reformas na Previdência são essenciais para manter a sustentabilidade do país. A manutenção dos direitos beneficia os atuais aposentados, mas prejudica as futuras gerações”

EDVAN SOARES, 23 ANOS
MESTRANDO EM CONTABILIDADE

EDSON CHAGAS

TEMER NO PODER

CÁLCULO DA APOSENTADORIA

REGRAS QUE VALEM HOJE

1 POR IDADE



Desde que tenham contribuído por, no mínimo, 15 anos

2 POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO



Mas há incidência do fator previdenciário, uma fórmula que o INSS aplica no cálculo dos benefícios por tempo de contribuição. Ela leva em conta a idade e o tempo de contribuição do segurado e é aplicada em cima da média de 80% dos maiores salários do trabalhador. Em alguns casos, pode reduzir o valor do benefício em até 50%. Foi criado para inibir aposentadorias precoces

3 PELA FÓRMULA PROGRESSIVA



O trabalhador também pode optar pela nova regra, que soma a idade com o tempo de contribuição. Desde que seja respeitado o tempo mínimo

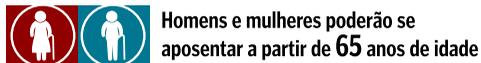
	2015 2018	2019 2020	2021 2022	2023 2024	2025 2026	2027
FÓRMULA	85/95	86/96	87/97	88/98	89/99	90/100

	85	86	87	88	89	90
	95	96	97	98	99	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)

A PROPOSTA DO GOVERNO

1 IDADE MÍNIMA



O governo estuda estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria daqueles que ainda vão entrar no mercado de trabalho

2 REGRAS DE TRANSIÇÃO



Intenção é criar um mecanismo de transição para impedir que brasileiros continuem a se aposentar cedo. Medidas ainda não foram divulgadas.

A Gazeta | Editoria de Arte | Genildo

Força Sindical faz críticas

« O presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força, SD-SP), divulgou nota ontem na qual considera as ideias do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre a Previdência, como “inoportunas”.

“A estapafúrdia ideia defendida pelo atual ministro é inaceitável porque prejudica quem ingressa mais cedo no mercado de trabalho, ou seja, a maioria dos trabalhadores brasileiros”, sustenta o Paulinho da Força.

O presidente da entidade afirma que o governo de Dilma Rousseff fez mudanças “que só resultaram em prejuízos para os trabalhadores”. Segundo ele, a instituição da regra 85/95 progressivamente dificulta cada vez mais a aposentadoria.

Ele afirma que a entidade entende a necessidade de se discutir amplamente com a sociedade uma mudança no sistema previdenciário, “com os representantes dos trabalhadores, de forma democrática e transparente”, mas não aceitará uma reforma com o objetivo de mexer nos direitos adquiridos.

Aposentadoria perderá ligação ao salário mínimo

Política de valorização do piso nacional continuará, mas não atingirá os aposentados

« Uma forma de cortar as despesas com a Previdência Social será a desvinculação dos benefícios ao salário mínimo. O governo pretende manter o formato de correção do piso nacional – que prevê a atualização dos valores pela inflação do ano anterior e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

de dois anos antes –, porém, os aposentados terão os pagamentos corrigidos apenas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA.

Um dos argumentos da nova gestão é de que, à categoria, o Planalto apenas precisa manter, ano a ano, a recuperação do poder de compra do idoso. O modelo atual é muito criticado, pois o governo garante a inativos ganhos salariais semelhantes ao se estivessem no período de alta

ROMBO

R\$ 167 bi

déficit previdenciário É a previsão de déficit para o INSS em 2017, de acordo com o governo Dilma Rousseff em projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

produção laboral. Hoje, cerca de 80% dos benefícios do INSS acompanham os reajustes anuais do salário mínimo.

REAJUSTE

No ano passado, o Congresso Nacional aprovou e o governo Dilma sancionou o atual formato de correção até 2019. Por essa fórmula, o salário mínimo, que serve de referência para 48 milhões de pessoas no país, subirá para R\$ 946 a

partir de janeiro de 2017, com pagamento em fevereiro do próximo ano.

A projeção para o salário mínimo no ano que vem consta da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, já enviada ao Congresso Nacional. Para 2018 e 2019, respectivamente, o governo estimou que o salário mínimo seja de R\$ 1.002 e de R\$ 1.067, levando em consideração o sistema de correção que está em vigor.

PALAVRA DE ESPECIALISTAS

REFORMAS DEVEM SER RADICAIS

Felipe Leroy, professor de Economia do Ibmec/MG



« Grande parcela dos benefícios dos inativos atendidos pelo INSS é atrelado ao salário mínimo. Toda vez que se aumenta o piso nacional, essa medida tem impacto direto nas despesas do governo. Esse problema há anos precisa ser discutido, mas ninguém teve coragem de colocá-lo em pauta. Mesmo que o Temer tenha interesse de acabar com essa ligação entre o mínimo e as aposentadorias, não sabemos se ele terá ambiente

político para aprovar tal mudança. As reformas na Previdência não são propostas fáceis de tirar do papel, mas só o fato de colocá-las em discussão, o governo sinaliza positivamente para o mercado. E talvez encontrem espaço, mesmo neste cenário conturbado, para aprová-las. Mas Temer tem que entender que não dá para fazer uma minireforma. É importante ser radical para afetar o passivo do governo no longo prazo.

BAIXO ESTÍMULO À POUPANÇA

Zeina Latif, economista-chefe da XP investimentos



« Entre os problemas do Brasil, o crescimento dos gastos com a Previdência é o que mais preocupa. Temos uma generosidade incompatível com um país de renda média e com diversos desafios sociais. É necessário rever esse modelo. Por mais que soframos agora, essas mudanças trarão um ganho para toda a sociedade. Precisamos entender ainda que o Brasil enfrenta grave problema demográfico. Estamos ficando velhos e com al-

to aumento das parcelas de recursos destinadas à Previdência sem que a arrecadação cresça. Há outras questões macroeconômicas que devemos levar em conta. Quando existe uma previdência generosa, há baixo estímulo para a população criar sua poupança. Temos, ainda, muitas distorções, como as desonerações e os regimes especiais de Previdência. Esses problemas tiram a credibilidade do país e afastam o investidor.

IDADE MÍNIMA E FIM DAS DESONERAÇÕES

Simão Silber, professor de Economia da USP



« Mesmo com a mudança na Presidência, não haverá milagre para salvar a economia. O grande desafio é cortar gastos sem fugir dos compromissos de não mexer nos programas sociais, como o Bolsa-Família e o Pronatec. O governo tem que saber onde tem gordura para cortar e voltar atrás nas benesses das desonerações concedidas ao setor privado. É também necessário controlar as despesas e criar um horizonte favorável à reforma da

Previdência. O ponto mais sensível desse projeto é a idade mínima para a aposentadoria, algo imprescindível. É lógico que se a medida passar não terá impacto no curto prazo. Mas o resultado será brutal em alguns anos. É essencial acabar com a aposentadoria precoce, a não ser que a população queira ver o governo usando sua maquiagem de dinheiro para emitir moeda para custear esses gastos. O resultado disso é catastrófico: hiperinflação.